

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná

Parecer nº 147/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 26 (VINTE E SEIS) AGENDAS 2024, PARA USO DOS VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES DESTA EDILIDADE, CONFORME REQUISIÇÃO DE COMPRAS.

RELATÓRIO

O Processo tem por objeto **contratação de empresa para o fornecimento de 26 (vinte e seis) agendas 2024, para uso dos vereadores, assessores e servidores desta Edilidade, conforme requisição de compras.**

Destaque deve ser dado ao fato de que esta Procuradoria não se manifesta a respeito da necessidade e conveniência da referida contratação, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Portanto, cabendo a esta Procuradoria verificar apenas os aspectos legais da minuta editalícia, contratual (quando houver) e modalidade adotada, haja vista sua competência instituída pelo art. 38, da Lei Federal nº. 8.666/93, que assim dispõe:

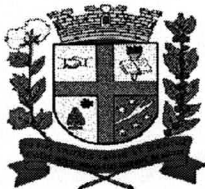
“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

IV - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade; (...).”

O processo iniciou-se regularmente, mediante solicitação do Diretor Geral, contendo justificativa e dotação orçamentária.

Cópia do Decreto de nomeação da Comissão Permanente de Contratação Direta foi anexado ao processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍ

Estado do Paraná

Elaborado Termo de Referência, foram realizados os orçamentos e apresentada declaração de responsabilidade pelos mesmos.

Após, foi apresentada planilha de cotação de preços contendo identificação de 03 (três) empresas e valores (fl. 15).

Na sequência, constam as certidões e demais documentos da Livraria que apresentou o menor valor: **MOURA LEAL LTDA – CNPJ 00.273.974/0001-49** – fls. 16/22.

À fls. 23/28 consta minuta do contrato.

À fl. 29 consta solicitação de parecer dessa Procuradoria quanto à legalidade e escolha da modalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispensa de licitação – art. 24, II, da Lei nº 8.666/93

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Desta forma, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma forma de contratação direta. O art. 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 prevê a possibilidade de dispensa da licitação. Vejamos:

“ Art. 24.(...) ”

II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcela de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez”.

Assim, de acordo com o diploma legal, conhecido como Lei das Licitações e dos Contratos, poderá ser dispensada a licitação de serviços e compras com valor estimado até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), caso ultrapasse esse valor será necessária a abertura de licitação, em que a modalidade adotada deve ater-se aos limites de valor constante no art. 23 da Lei nº. 8.666 de 21 de julho de 1993.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍ

Estado do Paraná

O mestre Marçal Justen Filho versa precisamente sobre os motivos que levam a dispensa da licitação:

"(...) a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir".

Ressaltando o disposto na doutrina e na jurisprudência, a dispensa de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deva ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público. Portanto, o critério de limite de preço só foi adotado pelo legislador para, em caso de serviços e compras de pequeno impacto patrimonial, pudesse o poder público contratar pela modalidade mais célere de licitação ou, excepcionalmente, dispensar a licitação, já que existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a contratação mais vantajosa.

Ao que vejo, pelos documentos que instruem o presente processo e conforme acima demonstrado, todas estas providências foram tomadas, **logo, esta Procuradoria entende possível dispensar a licitação com base no dispositivo supramencionado.**

Justificativa da Contratação

In casu, a fl. 01 do processo consta justificativa para **a compra das agendas para o ano de 2024 para vereadores, assessores e servidores desta Casa Legislativa.**

As condições da contratação ou fornecimento constituem elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação. A sua importância está definida na Lei de Licitações nos arts. 7º, I e §9º; 14 e 15, §7º, I.

Isso se deve ao fato de que o termo de referência (ou projeto básico) contém as principais informações referentes ao objeto, as quais servirão de parâmetro tanto para o julgamento das propostas (e escolha da proposta mais vantajosa), quanto para a formalização e execução do contrato ou fornecimento.

Foi elaborado Termo de Referência com as especificações do objeto de contratação.

Da Razão da Escolha do Fornecedor, Justificativa do Preço e Disponibilidade Orçamentária

É imprescindível uma rica e criteriosa pesquisa de preços no mercado, como forma de combater o sobrepreço.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

Estado do Paraná

No caso em tela verifica-se do processo que foi realizada pesquisa de preços junto a fornecedores, tendo a Comissão Permanente de Licitação concluído que a empresa **MOURA LEAL LTDA – CNPJ 00.273.974/0001-49** apresentou a melhor Proposta cujo valor unitário é de R\$30,80, e valor total corresponde a **R\$800,80.**

Assim, temos que a escolha do fornecedor realizada pela Comissão Permanente de Licitação além de garantir a economicidade atende o disposto no art. 15, inciso III da Lei nº 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

Saliente-se que nos termos do artigo 26, III, da Lei de Licitações foi apresentada a Declaração de Responsabilidade sobre a Pesquisa de Preços.

Regularidade Fiscal

Na contratação por dispensa, como na hipótese em exame, já se conhece, antecipadamente o nome do futuro contratado. Por esta razão, a regularidade fiscal da empresa deve estar comprovada, condição sem a qual não se poderia contratar com a Administração.

A Comissão Permanente de Licitação anexou ao processo as seguintes Certidões da empresa **MOURA LEAL LTDA – CNPJ 00.273.974/0001-49**:

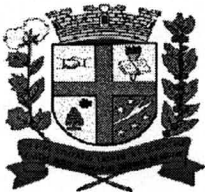
- CNPJ;
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Consulta de Impedidos de Licitar TCE/PR.

Deve ser observada a validade da referida documentação apresentada por ocasião da formalização da contratação, nos termos dos artigos 27 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Geral opina pela **possibilidade jurídica da pretensa contratação**, com fulcro na hipótese de “dispensa de licitação em razão do valor”, evidenciada no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ficando a decisão de mérito acerca da conveniência e oportunidade, a cargo do Ordenador da Despesa.

Palácio Legislativo Vivaldo de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná

A dispensa deve ser ratificada pela autoridade competente e publicada no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

É o Parecer.

Paranavaí, 9 de novembro de 2023.


GISELE CARDOSO PIPERNO GARCIA
Procuradora do Legislativo